



## O PASSAPORTE DE CUNHA E O IMPEACHMENT

A crônica de uma tragédia anunciada

FERNANDO LIMONGI<sup>1</sup>

[1] Agradeço a Andrea Freitas, Ronaldo Almeida e Victor Araujo pelos comentários a uma versão preliminar do texto. Andrea Junqueira, Fernanda Machado, Joyce Luz e Nathan Alves ajudaram com o levantamento do material.

*Não vou votar no Eduardo Cunha (PMDB). O chamo de o chantageador-geral da República.*

Clarissa Garotinho

*É claro que votei nele [Eduardo Cunha] porque a informação que eu tinha é que ele era um lobista [...]. Votei nele para não ter um petista. Se eu tivesse o mínimo de informação do que ele fazia...*

Jarbas Vasconcelos

Correu que Eduardo Cunha teria usado seu passaporte diplomático quando foi à Suíça abrir suas contas. A notícia não foi confirmada. Pode até não ser verdade, mas faz sentido. *Se non è vero, è bene trovato*. Um passaporte diplomático abre portas, corta filas, garante tratamento VIP, traz vantagens. É próprio do método Cunha: caçar oportunidades para extrair rendas. Explorar o Estado e os cargos para acumular bens e vantagens. Aproveitar qualquer oportunidade. Na gestão da coisa pública tudo se aproveita, desde que transformado em ganhos privados.

O processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff é um exemplo acabado de seu método. A possibilidade está na agenda desde o início do ano. O presidente da Câmara pegou carona no movimento para seu proveito. Transformou-o em sua salvação. É a carta que mantém na manga, a ameaça que lhe garante a presunção da inocência. Seu oportunismo não tem limites. Pagam todos. O governo está paralisado e é incapaz de recuperar a confiança do mercado. A crise econômica persiste porque agravada pela crise política, que, por sua vez, é alimentada por Cunha. Tudo pela sua salvação.

Cunha tem ideologia. Diz ser um conservador convicto. Como tal, definiu sua prioridade: minar o poder do PT e o que ele representa.

Cunha tem todo o direito de defender suas ideias. Ser contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e programas de redistribuição de renda, defender a redução da maioria penal etc. Tolerância é a palavra-chave para a democracia.

Cunha tem um projeto político. São essas as ideias que defende. Deu impulso a essa agenda desde que ascendeu à liderança do PMDB na Câmara. Colheu vitórias, cresceu. Passou a sonhar grande. Pouco se sabe sobre suas ideias econômicas, mas seu antipetismo foi suficiente para que fosse elevado a líder das “oposições unidas”.

Os erros estratégicos do PT e do governo contribuíram decisivamente para sua ascensão. E esses erros começaram a ocorrer no primeiro mandato de Dilma. O principal deles foi não neutralizar o conflito entre PT e PMDB no Rio de Janeiro, cujo epicentro foi a candidatura do senador Lindbergh Farias ao governo do estado. Era a munição que Cunha precisava; a prova de que a aliança PT-PMDB não era para valer, que o seu partido não era bem tratado por seu aliado. Confiando na aliança com o PT, o PMDB teria o mesmo destino reservado pelo PSDB ao PFL.

O PT pôs mais lenha no conflito ao apostar que poderia se livrar do aliado indigesto criando um novo partido, o PSD, uma espécie de equivalente funcional do PMDB. Os estrategistas do governo ofereceram de bandeja as provas da insinceridade dos petistas que Cunha necessitava.

Os erros e tentativas de criar uma alternativa a Cunha e ao PMDB persistiram no segundo mandato. A disputa pela presidência da Câmara foi o primeiro episódio. O governo foi verdadeiramente humilhado por Cunha. As dificuldades persistiram e o Planalto passou a buscar uma liderança alternativa no partido. Tentou Eliseu Padilha, que recusou a função. Em retirada, teve que se valer do vice-presidente da República. Um acúmulo de erros, de fracassos.

A estratégia do Planalto deu errado: perdeu todas as vezes que confrontou Cunha, o que só fez com que seu prestígio e força crescessem. Teria sido melhor fazer um acordo, apoiar sua candidatura à presidência da Câmara?

A estratégia de Cunha precisa ser levada em conta. O que ele quer ou pede para apoiar o governo? Um acordo talvez não fosse possível. Não é porque o deputado seja ideologicamente comprometido com a oposição ao PT. O problema parece ser de outra natureza. Cunha sabe como ninguém explorar conflitos a seu favor. Faz ameaças e obtém concessões. Imediatamente, cria um novo conflito para fazer novas ameaças e obter outras tantas concessões, recursos e cargos. Quer o passaporte que lhe garanta a entrada franca ao que o Estado tem para oferecer e explorar. Joga pesado. Blefa e obtém o que quer.

Por vezes, parece agir de forma irracional, contra seus próprios interesses, como fez usando o requerimento protocolado por Solange

[2] Como se lê na denúncia apresentada por Rodrigo Janot ao STF, o ministro Lobão, ao receber a intimação, teria exclamado: “Isto é coisa do Eduardo!”. Ato contínuo, telefonou ao parlamentar e disse: “Eduardo, estou com o Júlio Camargo aqui do meu lado, você enlouqueceu?”. Cunha não perdeu a razão. Sabia o que estava fazendo. Obteve o que queria; a propina prometida voltou a irrigar suas contas. Para a íntegra da denúncia de Janot, ver <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/veja-a-denuncia-de-janot-contra-eduardo-cunha/>, consultado em 10/11/2015.

[3] “Cunha incluiu benefício em MP suspeita” (<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-incluiu-beneficio-em-mp-suspeita-imp-,1789059>), consultado em 8/11/2015).

[4] Tornou-se comum afirmar que o PT, por não saber dividir o poder com seus aliados, implodiu as bases do presidencialismo de coalizão. O problema dessa tese é que a coalizão operou normalmente sob Lula e nos primeiros dois anos do governo Dilma. A questão, portanto, é mais limitada e diz respeito às dificuldades inerentes ao acordo PT e PMDB. Cunha é um elemento central dessas dificuldades, mas não é o único, porém esta é outra história.

[5] <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1551973-cotado-para-presidir-a-camara-cunha-se-mantem-com-bancada-particular.shtml>, consultado em 8/11/2015.

[6] Entrevistado pelo *Valor Econômico*, o parlamentar confirmou a cifra, mas fez questão de ressaltar que não gastou todo esse dinheiro: “Mas eu devolvi para o partido R\$ 600 mil. Fiz o cheque de volta”. Ver <http://www.valor.com.br/cultura/4060992/politica-por-tras-da-reforma>, consultado em 6/11/2015.

[7] Ver o perfil de Eduardo Cunha traçado por Luciana Nunes Leal em *O Estado de S. Paulo*, 11/2/2015, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-a-camara-sob-as-maos-de-um-fiel-imp-,1632611>, consultado em 3/11/2015.

[8] <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/aliados-de-cunha-fazem-bolao-sobre-resultado-de>

Almeida. Ameaçou expor o esquema para garantir a sua parte. Pressionado, o ministro Edison Lobão ligou para o deputado e perguntou se ele teria perdido a razão.<sup>2</sup> Agiu da mesma forma na CPI na Petrobras e está fazendo o mesmo com a ameaça de impeachment. O essencial é salvar o seu. O resto que se lixe, incluindo a economia do país. Sua pauta conservadora talvez seja apenas mais um meio de brandir ameaças que valerão recursos para a Jesus.com.

Desde que ascendeu à liderança do PMDB, Cunha vem minando as bases de operação do governo. Entrou em todas as portas abertas e abriu as fechadas. Onde havia polêmica, lá estava o solerte líder do PMDB. Criava confusão para vender solução. Relatou matérias importantes e, sabemos hoje, foi o responsável por introduzir sorrateiramente uma emenda que beneficiou montadoras.<sup>3</sup>

Cunha não deixou passar nada. Meteu sua colher em todas as matérias controversas, da Lei Geral da Copa ao Marco Civil da Internet. Foi montando um poder paralelo, assumindo o controle do partido, deixando Michel Temer à sua sombra. Durante o governo Lula e no início do mandato de Dilma, o PMDB votou de forma disciplinada e com o governo. Nos primeiros dez anos de governo petista, a taxa de apoio do PMDB ao governo girou em torno de 80%. Embora comece a cair já no segundo ano do governo Dilma, a taxa de apoio do partido ao governo atinge seus níveis mais baixos sob a liderança de Cunha, ficando em torno de 60%.<sup>4</sup> Há, portanto, uma clara guinada no comportamento do PMDB que está ligada, de forma direta ou indireta, à ascensão do ativo líder carioca.

Nas eleições de 2014, dizia-se à boca pequena que, já mirando a presidência da Câmara, Cunha teria lançado seus tentáculos sobre todos os partidos, elegendo uma bancada própria.<sup>5</sup> Contou com dinheiro a rodo — 6,8 milhões de reais, para ser exato.<sup>6</sup> Empresas graúdas, de peso, jogaram nele suas fichas, com contribuições generosas à sua campanha: Bradesco, Santander, BTG Pactual, a rede de shoppings Iguatemi e a Líder Táxi Aéreo.<sup>7</sup>

Não há como saber como sua influência e os recursos pesaram na eleição dos correligionários que viriam a elegê-lo presidente da Câmara. Em vista do que sua esposa gastou com supérfluos, dá para imaginar o que foi reservado para o essencial... Com certeza, seus aliados não tiveram problemas de caixa. Sobrou para jantares regados a champanhe e lagostas para abastecer sua campanha à presidência da Câmara.<sup>8</sup>

Eleito em confronto aberto com o governo, Cunha passou a acalear sonhos mais altos. Foi aí, se não antes, que seus desejos e os de uma parte considerável do establishment se alinharam. Havia uma nova liderança na praça, enfim um político disposto a confrontar e derrotar o PT e que fora capaz de escancarar a vulnerabilidade da

presidente eleita. Por isso, passou a ser cortejado pelas oposições, tanto pelas que levaram manifestantes às ruas como pelo PSDB e outros partidos da oposição.

O PSDB, ainda em 2014, logo após a proclamação dos resultados das eleições, deu mostras de que teria dificuldades de digerir a derrota nas urnas. Aécio Neves veio a público e anunciou sua “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”. A fonte da desconfiança: rumores propagados pelas redes sociais.<sup>9</sup> A fantasiosa tese valeu um pedido de auditoria das urnas ao TSE. O ânimo dos tucanos, ou de parte deles, não poderia ter sido revelado de forma mais clara. Lideranças políticas da oposição estavam dispostas a embarcar em qualquer canoa, não importa quão furada, para reverter a derrota eleitoral.

Setores ligados ao PSDB voltaram a emitir sinais de sua disposição à radicalização no início de 2015, quando juristas ligados ao partido passam a estudar a possibilidade de propor o impeachment da presidente por improbidade administrativa em virtude de sua participação na aprovação da compra da refinaria de Pasadena.<sup>10</sup>

Os sinais tucanos foram, contudo, tímidos quando comparados à força revelada por aliados insuspeitos: movimentos sociais organizados à margem do sistema partidário. Em 15 de março, multidões foram às ruas convocados por três grupos: Revoltados On Line, Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua. O Datafolha estimou em 210 mil os manifestantes em São Paulo, número que garantiu ao ato o título de maior manifestação política pública desde as Diretas Já.<sup>11</sup>

Na avaliação da manchete de *O Estado de S. Paulo*: “Corrupção e ‘Fora PT’ unificam protestos”.<sup>12</sup> Segundo o corpo da reportagem, a corrupção seria o “alvo da maioria absoluta dos manifestantes [...]”. Grande parte pediu o impeachment de Dilma, mesmo sem saber muito bem o que isso significa”.

O jornal avaliou corretamente o humor dos manifestantes; segundo o Datafolha, em resposta múltipla e espontânea sobre sua motivação para ir à avenida Paulista, 47% citaram a corrupção, enquanto 27% citaram o impeachment. Difícil, contudo, sustentar que houvesse desconhecimento quanto ao significado do impeachment, sobretudo em público tão escolarizado. O Datafolha registrou que 76% dos manifestantes tinham ensino superior completo.

Fundamental é que os próprios líderes do movimento estavam divididos quanto ao ponto. Os mais radicais, os Revoltados On Line, não pregavam o impeachment, mas sim a derrubada do governo. O Vem Pra Rua, mais moderado e com alguma proximidade com o PSDB, rechaçava a tese, sob o argumento de que carecia de bases jurídicas.

eleicao-na-camara-ejsh3754jul-5vkrhl7uobary, consultado em 9/11/2015.

[9] <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>, consultado em 6/11/2015.

[10] [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/12/politica/1423779537\\_527646.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/12/politica/1423779537_527646.html), consultado em 16/11/2015.

[11] <http://acervo.folha.com.br/ftp/2015/03/16/2/5984056>, consultado em 17/11/2015.

[12] <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,corrupcao-e-fora-pt-unificam-protestos,1651391>, consultado em 6/11/2015.

[13] “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/03/09/2//5983306>, consultado em 6/11/2013).

[14] “Oposição precisa ‘fazer seu trabalho’ contra Dilma, diz líder de protestos” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/03/31/2//5985945>, consultado em 13/11/2015).

[15] “Grupos anti-Dilma agora buscam ‘padrinhos’ para o impeachment” ([http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426534645\\_626750.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426534645_626750.html), consultado em 18/11/2015).

[16] “Grupos testam força nas ruas contra Dilma” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/12/2//5987059>, consultado em 13/11/2015).

Somente o Movimento Brasil Livre apoiava o impeachment e fez do pedido a sua principal bandeira.<sup>13</sup>

O MBL, fiel a seu radicalismo, não deu muita importância aos motivos que justificariam o impeachment. Em suas declarações à imprensa, não há uma menção sequer às razões a embasar o pedido. O impeachment se justificaria pelo “conjunto da obra”. A prioridade, como afirma um dos líderes do grupo, seria livrar o país da corrupção perpetrada pelo PT. A do PT especificamente — e não a corrupção em geral. Isso porque o partido, diferentemente dos demais, se valeria da “corrupção para ferir a liberdade”. A corrupção do PMDB, esclarecia o ativista, não apresentaria esse “viés perigoso”.

Mais importante que o motivo era o método empregado pelo movimento. O MBL queria trazer o povo à rua para “forçar a oposição a fazer seu trabalho”, uma pressão para que abandonassem a “posição frouxa” em relação ao impeachment de Dilma.<sup>14</sup> O movimento, portanto, não estava propondo uma aliança com o PSDB e o DEM, afinal, não se faz acordo com “frouxos”...

Contudo, a despeito de rechaçar entendimentos e uma ação conjunta com os partidos de oposição, o MBL considerava uma aproximação estratégica com Eduardo Cunha, acreditando que poderia convencê-lo a encampar a ideia do impeachment. Logo após as manifestações de março, Kim Kataguirí, um dos líderes do movimento, declarou a *El País* que um diálogo com o presidente da Câmara poderia ser frutífero porque o “PMDB não tem uma ideologia firme, depende muito de votos e atua de acordo com interesses políticos. Ontem demonstramos que as ruas têm foco e fizemos a maior manifestação da história do Brasil”.<sup>15</sup>

Tenha ou não obtido o “apadrinhamento” de Cunha, o MBL, inebriado pelo sucesso da manifestação de março e fiel à sua estratégia radical, chamou novas manifestações de rua para meados de abril. A ideia era aproveitar o momento, pôr o povo nas ruas e arrancar dos políticos o comprometimento com o impeachment já. Partiu para a ação e reivindicou para si a liderança dos protestos de rua.

As divergências de objetivos e estratégias dos movimentos de protesto vieram a público no dia das novas manifestações. Rogério Chequer, líder do Vem Pra Rua, reclamou do comportamento pouco cooperativo de seus companheiros: “Estamos buscando diálogo para coordenação [dos protestos] com o MBL há semanas, mas não houve resposta. Temos divergências, mas temos muitas causas em comum”. Para Renan Santos, do MBL, Chequer “cada hora está com uma pauta. No último protesto, todos vieram com a defesa do impeachment e eles ajudaram a confundir a pauta”.<sup>16</sup>

A radicalização do MBL não surtiu os resultados esperados. O movimento não mostrou a força de mobilização que acreditava ter.

A participação nos novos protestos ficou bem aquém da prevista. Pelos cálculos do Datafolha, 100 mil teriam ido à avenida Paulista, menos da metade dos que teriam participado em março.

Os líderes do MBL reconhecem que sua estratégia falhara, mas não se deram por vencidos. Reviram seus planos, mas se mantiveram no ataque. Buscando novas formas de mobilização, organizaram uma marcha de São Paulo a Brasília. Segundo a exposição didática de Renan Santos: “Como os atos não vêm tendo o endosso das siglas de oposição, temos de dar o recado mais próximo deles. Não vai ter jeito a não ser fazer em Brasília”.<sup>17</sup>

Os líderes do PSDB reagiram de forma diversa à perda de força do movimento de ruas. Para Fernando Henrique Cardoso, o momento seria propício para que o partido se afastasse dos movimentos sociais e arquivasse definitivamente a tese do impeachment. Aécio Neves, de sua parte, propôs o movimento inverso, isto é, assumir o controle dos movimentos sociais.<sup>18</sup> Como sinal de aproximação, Aécio reviu sua posição, afirmando que as recentes denúncias do diretor da SBM Offshore justificariam um pedido de impeachment da presidente.<sup>19</sup>

Dividido, o PSDB protelou sua decisão e recorreu a um parecer de Miguel Reale Júnior, professor da Faculdade de Direito da USP e ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso. O parecer foi negativo. Reale Júnior não encontrou bases legais para sustentar um pedido de impeachment. O parecer já contava com uma possível rejeição das contas de Dilma, mencionada pelo ministro Augusto Nardes em reunião de empresários na Bahia.<sup>20</sup> Para não capitular de todo, o PSDB propôs que as oposições encaminhassem uma ação penal contra a presidente na Procuradoria-Geral da República. Na realidade, a expectativa maior do partido era que as investigações da Operação Lava Jato viessem a comprometer Dilma, fornecendo oportunamente os elementos então ausentes.<sup>21</sup>

A reação dos movimentos sociais à decisão das lideranças tucanas foi a esperada. Os Revoltados On Line e o MBL não mediram palavras: “traidor” foi a palavra mais branda reservada a Aécio. O Vem Pra Rua também se disse contrariado, mas mostrou compreensão, notando que a pauta de protestos era mais ampla, que não poderia se resumir ao impeachment.<sup>22</sup>

Poucos dias depois de o PSDB anunciar sua capitulação, o MBL concluiu a sua “marcha sobre Brasília”. Os resultados da estratégia foram pífios. O protesto se estendeu por pouco mais de um mês, mas não atraiu mais do que algumas dezenas de militantes. Nem a imprensa cobriu a longa caminhada. A Grande Marcha do MBL foi ignorada pela população. Mesmo o clímax da manifestação, o encontro formal com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para a entrega de um pedido de impeachment, não obteve a repercussão esperada. José Ma-

[17] “Fórmula de atos não teve efeito esperado, diz líder anti-Dilma” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/14/2//5987378>, consultado em 16/11/2015).

[18] “Fórmula de atos não teve efeito esperado, diz líder anti-Dilma” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/14/2//5987378>, consultado em 16/11/2015).

[19] “Para Aécio, atraso na CGU é motivo para impeachment” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/15/2/>, consultado em 16/11/2015).

[20] “Dilma pode ser responsabilizada por manobra fiscal, diz ministro do TCU” ([http://brasil.elepaís.com/brasil/2015/04/19/politica/1429403452\\_\\_609328.html](http://brasil.elepaís.com/brasil/2015/04/19/politica/1429403452__609328.html), consultado em 18/11/2015). As motivações de Nardes para anunciar seu voto pedem uma investigação à parte. A Operação Zelotes, provavelmente, está na raiz da conversão do ministro a paladino da defesa da responsabilidade fiscal.

[21] <http://www.valor.com.br/politica/4059648/parecer-encaminhado-por-aecio-sobre-impeachment-de-dilma-e-inconclusivo>, consultado em 17/11/2015.

[22] “Após recuo, grupos acusam PSDB de traição” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/05/22/2//5990756>, consultado em 17/11/2015).

[23] “Corrupção no futebol põe na prisão ex-presidente da CBF e 7 dirigentes” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/05/28/2/>, consultado em 18/11/2015).

ria Marin e a corrupção no futebol fizeram as manchetes dos principais jornais e só a *Folha de S.Paulo* deu primeira página ao evento.<sup>23</sup> A pressão popular sobre Brasília e seus políticos murchou.

Ao final de abril, o movimento pelo impeachment parecia ter encontrado o fim. A tentativa do MBL de usar o povo na rua como pressão sobre os políticos dera com os burros n’água. O PSDB, depois de alguma hesitação, desistiu de disputar e controlar o movimento social anti-PT, arquivou o impeachment e passou a aguardar os desdobramentos da Operação Lava Jato. Coube a Cunha ressuscitar o movimento.

Contudo, a tese do impeachment ganhou um novo aliado, Augusto Nardes, ministro do TCU, que passou a acenar, sempre que possível, com a rejeição das contas da presidente. A acusação genérica de corrupção, ancorada em expectativas de que a Lava Jato traria provas que comprometeriam Dilma, cedeu lugar a um fato concreto em que ela estava envolvida. O movimento troca de foco: das falcaturas na Petrobras para o descaso com a Lei de Responsabilidade Fiscal. De um protesto genérico, passou a uma questão específica. A possibilidade, no entanto, quando levantada, foi vista como insuficiente tanto por Reale Júnior como pelo próprio presidente da Câmara, que, no 14º Fórum de Comandatuba, respondendo diretamente a Nardes, rechaçou terminantemente que as contas de Dilma poderiam levar ao impeachment, por duas razões: porque não teriam ocorrido no atual mandato e porque o que estavam chamando de “pedaladas fiscais” “vem sendo praticado nos últimos quinze anos sem nenhuma punição”.<sup>24</sup> Pois é, Cunha mudou de opinião. A partir de agosto, passaria a achar que Dilma merecia uma boa punição...

[24] <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-rejeita-tese-de-impeachment-de-dilma-por-pedala-das-fiscais,1672754>, consultado em 18/11/2015.

A carreira política de Eduardo Cunha deslanchou quando ele fez uma contribuição inestimável à campanha de Fernando Collor de Mello à presidência. O então tesoureiro do comitê eleitoral de Collor no Rio de Janeiro achou os motivos que levaram à cassação do registro do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), pelo qual Silvio Santos registrara sua candidatura à presidência. Foi Cunha quem notou que o PMB não havia realizado o número de convenções estipuladas por lei para obter seu registro definitivo.<sup>25</sup> Nada escapa aos olhos atentos do político carioca. A diligência e a acuidade, que lhe valeram a saída do anonimato em 1989, voltariam a ser úteis em 2015. O impeachment da presidente Dilma estava no ar, era uma reivindicação das oposições respaldada pelas ruas e com forte apoio do establishment. A oportunidade seria aproveitada em seu devido tempo.

[25] [https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo\\_Cunha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Cunha), consultado em 18/11/2015.

Cunha começou seu reinado na Câmara querendo mostrar autonomia. O Poder Legislativo, sob sua liderança, recuperaria seu protagonismo. Em lugar da subserviência tradicional aos caprichos do governo, a Câmara passaria a definir com altivez e independência a sua própria pauta. Atividade passou a ser o mote. Cunha enxotou a parali-

sia e fez vender à opinião pública a imagem de uma Câmara hiperativa, decidida, firme, com vontade própria. Posou de estadista. Enfim, uma liderança com vontade política e capaz de dobrar o governo petista...

A imprensa não se cansou de enaltecer o ativismo e a independência conquistada pela Câmara dos Deputados. A *Folha de S.Paulo* estampou em manchete: “Plenário da Casa aprovou o maior volume de projetos dos últimos 20 anos”.<sup>26</sup> De bravata em bravata, lá foi o grande líder mostrar sua capacidade de liderança, aprovando a agenda do Legislativo, longe do controle do governo.

Agenda do Legislativo? Mas qual agenda? A agenda conservadora? A da austeridade fiscal? Quais, de fato, eram as propostas positivas de Cunha? O que, de fato, a Câmara aprovou sob a solerte liderança do deputado carioca? A reforma política?

Uma reforma profunda, pois não? Cunha sacou o *distritão* da algibeira e passou a defendê-lo aos quatro ventos como a solução para todos os males presentes, passados e futuros. Um estadista, um homem de ideias. Os argumentos que apresentou em defesa da medida, seus efeitos saneadores, são pífios e beiram o cinismo. O modelo seria bom porque melhora a vida dos políticos, livra-os das incertezas da competição. Ou seja, o projeto visava dar maior segurança aos parlamentares, garantindo-lhes vantagens para obter a reeleição. A melhor lei eleitoral seria aquela que faria a vida dos políticos mais simples e segura.

Mas o grande líder sequer emplacou o seu item predileto. Perdeu a mão, exagerou no “decisionismo”. Manobrou e arranhou o regimento, destituindo o relator e impondo novo relatório. Foi derrotado, mas não passou recibo. Continuou a vender a imagem de reformador decidido.

A reforma política aprovada não passa de uma verdadeira colcha de retalhos, um monstro sem pé nem cabeça. Na realidade, tudo considerado, um verdadeiro retrocesso. Mas quem se importa? Importa agir, votar, bater recordes. O que mais resultou desse surto de ativismo? De positivo, nada. Só cascas de banana para o governo.

O plenário da Câmara rejeitou boa parte das medidas propostas pelo governo para estabilizar a economia, e a “opinião pública esclarecida” bateu palmas. Importa derrotar o governo, mostrar a Dilma e ao PT o seu lugar. A imprensa registrou, não sem certo júbilo, que sob o comando de Cunha o “plenário aplicou derrotas diárias ao Palácio do Planalto”.<sup>27</sup> Em lugar de sublinhar a irresponsabilidade do arquiteto das inúmeras revoltas do plenário, a ênfase recaiu sobre a fragilidade do governo, sua incapacidade de governar, uma prova adicional da necessidade imperiosa de se livrar do governo petista.

O fato é que as oposições — e oposições definidas em sentido amplo, englobando não apenas os políticos, como também parte do empresariado e da grande imprensa — viram em Cunha o líder capaz

[26] “Governo frágil faz Câmara bater recorde de votações” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/05/2//5986488>, consultado em 18/11/2015). Vale notar que os dados apresentados na matéria (inclusive nos infográficos) desmentem a afirmação do título. O Congresso foi mais ativo no primeiro governo Lula.

[27] <http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/05/2//5986488>, consultado em 18/11/2015.

[28] “Congresso recupera prestígio entre eleitores” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/12/2//5987062>, consultado em 13/11/2015). Mais cuidadoso que a manchete, o texto fala na recuperação de “algum prestígio”.

[29] “Tudo sobre Impeachment” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/12/2//5987069>, consultado em 16/11/2015).

[30] “A revanche de Cunha” (<http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/12/2//5987053>, consultado em 16/11/2015).

[31] <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212157-corrupcao-estao-executivo-diz-cunha.shtml>, consultado em 18/11/2015.

[32] “Registro eletrônico da Câmara reforça suspeita contra Cunha” (<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/04/28/2//5988765>, consultado em 18/11/2015).

de suplantar o PT. Em uma leitura generosa das tendências da opinião pública, a *Folha de S. Paulo* chegou a afirmar que o Congresso teria caído nas graças do público, que seu prestígio estaria crescendo. O exagero é evidente, afinal, aqueles que consideraram a atuação do Congresso ótima chegou apenas a 11%, contra 9% no mês anterior.<sup>28</sup> A mudança não é grande, e muito menos a porcentagem dos que aprovam, alta. A porcentagem dos que consideravam o Congresso ruim ou péssimo era de 44%. Note-se que a matéria foi publicada em 12 de abril, dia dos protestos de abril liderados pelo MBL. A manchete da página anterior é significativa: “Tudo sobre Impeachment”.<sup>29</sup> Duas páginas adiante, o leitor encontrava uma página inteira dedicada a Eduardo Cunha, um perfil simpático em que são listados os políticos que caíram tentando barrar sua ascensão.<sup>30</sup>

Ao ser eleito presidente da Câmara, Cunha ganhou as credenciais para liderar a oposição ao governo Dilma, passou a ser visto como a alternativa que faltava. Foi incensado e cortejado. No dia seguinte às manifestações de março, foi recebido para um café da manhã na Fiesp, onde afirmou: “O PT não tem amigos, tem servos. Não tem adversários, tem inimigos”, arrancando aplausos da plateia extasiada. Animo, não perdeu a oportunidade de fazer mais uma bravata: corrupção, só no Executivo. E se algum legislador tivesse se envolvido em malfeitos, a culpa, em última instância, deveria ser creditada ao Executivo, “à falta de governança do Poder Executivo que permitiu que a corrupção avançasse”. Os empresários presentes, uma vez mais, aplaudiram.<sup>31</sup>

Surfando no prestígio conquistado, Cunha começou a acalantar sonhos para novos voos. Programou pronunciamento em rede nacional de rádio e TV para dar notícia das suas realizações. Inspirou-se em Maluf e se disse responsável pela criação das sete maravilhas do mundo, mas a maior parte do que festejou sequer havia passado pelo Senado, incluindo a sua rota reforma política.

Em seu pronunciamento, o candidato a estadista teve dificuldades evidentes para se entender com o teleprompter, talvez porque problemas mais prementes e urgentes viessem merecendo sua atenção. A Lava Jato ameaçava cortar seu voo.

Desde pelo menos abril, o presidente da Câmara estava ciente de que as investigações comandadas pelo juiz Sérgio Moro o incomodariam. Não precisou de informantes ou de vazamento de notícias para saber dos problemas que se avizinhavam. Soube pelo “oficial de justiça” que visitou seu gabinete e o setor de informática da Câmara para coletar provas que determinassem a verdadeira autoria do requerimento apresentado pela deputada Solange Almeida. Conforme noticiou a imprensa, o requerimento teria sido elaborado por Cunha e “usado para pressionar pela manutenção do pagamento de propina ao PMDB”.<sup>32</sup> Coincidência ou não, após o vazamento da notícia,

Cunha demitiu o chefe da área de informática da Câmara. Justificativa: os funcionários sob seu comando não estariam cumprindo horário de quarenta horas. O presidente da Câmara declarou ao portal *G1*: “Ele quebrou minha confiança”.<sup>33</sup>

Ante a possibilidade de ser denunciado, Cunha recorreu à sua estratégia favorita. Partiu para o ataque. Aplicou seu método. Não titubeou em recorrer à CPI da Petrobras para desacreditar os depoimentos dos delatores que o incriminavam. Fez uso de todas as armas disponíveis. O doleiro Alberto Youssef disse à CPI que sua família estava ameaçada e apontou o dedo para o lugar-tenente das ameaças.<sup>34</sup>

A truculência da “turma do passaporte” não parou aí. A advogada Beatriz Catta Preta também deu entrevista ao *Jornal Nacional* relatando as pressões recebidas.<sup>35</sup> O autor do requerimento: Celso Pansera, o mesmo deputado que trocara amabilidades com Youssef na CPI. A advogada precisou da intervenção do STF para se safar da CPI e achou por bem fechar seu escritório, deixar a profissão e ir morar em Miami.

As peripécias da CPI da Petrobras não pararam aí. A empresa de espionagem Kroll foi contratada para auxiliar nas investigações. O valor do contrato (R\$ 1,18 milhão), a forma ligeira como foi celebrado e as *credenciais* da firma levantaram suspeitas.<sup>36</sup> A empresa encerrou seus serviços de forma rumorosa e obscura sem que suas contribuições para as investigações viessem a público. Vazamentos à imprensa dão conta de uma inversão completa de propósitos. Dos doze investigados pela Kroll, nove seriam delatores da Lava Jato.<sup>37</sup>

A CPI da Petrobras foi usada pelos aliados de Cunha para desacreditar as investigações da Lava Jato. Era preciso desmoralizar os delatores e as provas que apontavam para o deputado. Tudo feito às claras, de forma direta e escancarada, sem qualquer sutileza. O advogado do lobista Júlio Camargo foi direto ao ponto: Cunha e seus aliados agiriam com a “lógica de gangue”, tentando “desmoralizar a investigação”.<sup>38</sup>

Incapaz de “melar” as provas, Cunha foi forçado a rever seus planos e voltou suas baterias contra o governo. Ao longo dos primeiros meses de seu reinado na presidência da Câmara, manteve uma confortável e, digamos assim, rentável ambiguidade. Como resumiu em entrevista no final de março, o PMDB, como recebera ministérios insignificantes, fingia que apoiava o governo.<sup>39</sup> Nem oposição, nem governo, muito pelo contrário.

Cunha tinha faturas a receber dos dois lados do balcão, como governo (ainda que considerasse pouco o que recebia) e como oposição. Mandava uma no cravo e outra na ferradura. Mas a Lava Jato lhe tirou dessa posição confortável. A relação é direta: à medida que se viu enredado pelas investigações, Cunha aumentou seu oposicionismo, contribuindo de forma decisiva para as dificuldades enfrentadas pelo governo para aprovar o ajuste fiscal. O Planalto,

[33] <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/eduardo-cunha-demite-chefe-da-area-de-informatica-da-camara.html>, consultado em 3/11/2015.

[34] A cena, de alto valor ético e moral, pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=jgnPrJGXsk>.

[35] Parte da entrevista pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=6tdExUiwfU4>.

[36] <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/10/cpi-da-petrobras-gasta-r-15-milhao-com-viagens-e-contrato-com-kroll.html>, consultado em 6/11/2015.

[37] <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-divulgacao-de-nomes--kroll-informa-que-nao-celebrara-novo-contrato-com-cpi,1743490>, consultado em 6/11/2015.

[38] “Para defesa de lobista, deputados agem como gangue” (<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150731-44481-nac-1-pri-a1-not>), consultado em 6/11/2015).

[39] “Cunha: PMDB ‘finge’ que está no governo e ‘eles também’” (<http://www.valor.com.br/politica/3981812/cunha-pmdb-finge-que-esta-no-governo-e-eles-tambem>), consultado em 18/11/2015).

obviamente, reagiu e procurou uma liderança alternativa para contar com o apoio do PMDB. Os candidatos cogitados recusaram a missão, que sobrou para o vice-presidente, o único em condições de se contrapor a Cunha.

Em meados de julho, depois de longas escaramuças, o presidente da Câmara rompeu publicamente com o governo e se declarou em oposição. Seria de esperar que uma divergência sobre uma medida, um projeto de lei ou política justificassem o ato. Não com Cunha. Nada de dourar a pílula. A razão dada foi direta: o governo estaria por trás das denúncias contra ele. As manchetes dos principais jornais foram explícitas em apontar as razões da opção política do nobre estadista, a mais sucinta delas a de *O Estado de S. Paulo*: “Após denúncia de delator, Cunha rompe com Planalto e autoriza CPIs”.<sup>40</sup>

A partir de agosto, após a volta do recesso parlamentar, Cunha reforçou seu ataque e passou a ameaçar o governo com uma “pauta-bomba” e, sobretudo, com o impeachment. A sutileza foi a mesma demonstrada na CPI da Petrobras. A imprensa registrou de forma objetiva os rumos impostos pelo presidente da Câmara. As manchetes dos principais jornais em 5 de agosto são exemplares: “Cunha isola PT em CPIs e manobra pelo impeachment” (*O Estado de S. Paulo*); “Cunha e oposição discutem impeachment e isolam PT” (*Folha de S. Paulo*); “Cunha prepara novas ‘bombas’ para o governo” (*O Globo*).<sup>41</sup> O texto mais sucinto e direto é o de *El País*: “Câmara volta do recesso com manobra de Cunha por impeachment”.<sup>42</sup>

A operação foi posta em marcha dia seguinte: cinco prestações de contas presidenciais pendentes, incluindo contas dos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, paradas há anos e relegadas ao esquecimento, foram apreciadas em único dia. Cunha começou a abrir o caminho para apreciar a contabilidade do governo Dilma.

O impeachment da presidente saíra da agenda em finais de abril. O movimento de rua perdera força, e o PSDB arquivara a medida por falta de embasamento jurídico. Cunha resgatou a ideia e, sem a menor cerimônia, usou a ameaça ao mandato da presidência como sua arma de defesa. Mais uma iniciativa com a marca registrada do seu método. Em nenhum momento o presidente da Câmara procurou oferecer razões para sua conversão ao novo credo.<sup>43</sup>

O PSDB, dessa feita, não hesitou em aderir à reencarnação do movimento pelo impeachment, colocando-se sob a liderança de Cunha desde o reinício dos trabalhos legislativos, em agosto. Conforme notícia a imprensa, líderes do partido participaram de reuniões noturnas na residência oficial do presidente da Câmara, nas quais os passos da manobra foram sendo urdidos.<sup>44</sup> Ao se colocar sob a liderança de Cunha, a oposição foi forçada a adaptar seu discurso. A corrupção perdeu ênfase, cedendo lugar à responsabilidade fiscal. Além disso, con-

[40] <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150718-44468-nac-1-pri-a1-not>, consultado em 16/11/2015.

[41] Essas manchetes podem ser lidas em <http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/cunha-arma-novas-bombas-e-excluiu-pt-das-cpis-industria-despenca-jornais-de-quarta-5.html>, consultado em 4/11/2015.

[42] [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/05/politica/1438729893\\_927088.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/05/politica/1438729893_927088.html), consultado em 15/11/2015.

[43] <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-rejeita-tese-de-impeachment-de-dilma-por-pedala-das-fiscais,1672754>, consultado em 18/11/2015.

[44] “Câmara volta do recesso com manobra de Cunha por impeachment” ([http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/05/politica/1438729893\\_927088.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/05/politica/1438729893_927088.html), consultado em 18/11/2015).

venientemente, o PSDB se esqueceu do conteúdo do parecer elaborado por Reale Júnior.

Novas manifestações de rua, convocadas conjuntamente pelos mesmos três movimentos responsáveis pelos atos de março, prometeram renovar o respaldo popular ao movimento pró-impeachment. Os três grupos se coordenaram e investiram pesado, dedicando tempo e esforços à preparação da manifestação. O resultado, a despeito da festa e do conagraçamento das ruas, foi decepcionante. O número de manifestantes (135 mil na avenida Paulista, segundo o Datafolha) ficou bem abaixo do de março e só um pouco acima do registrado em abril.<sup>45</sup>

A operação impeachment tinha apoio popular, mas não seria o povo nas ruas, pressionando os políticos, que faria a roda se mover. Os líderes do Vem Pra Rua e do MBL não convocaram novos atos. Somente os Revoltados On Line mantiveram a mobilização, convocando nova manifestação para 7 de setembro.<sup>46</sup> O movimento de rua, como o PSDB, passou o bastão para Eduardo Cunha, líder e artífice da operação impeachment.

Dada sua recente aproximação com o governo, Renan Calheiros foi tão execrado pelos manifestantes quanto Dilma. Cunha, poupado. Em entrevista a *El País*, líderes do MBL explicaram as razões: “Tem uma diferença fundamental entre o PT e o PMDB. O PMDB é um partido fisiológico, com vários casos de corrupção, que a gente deplora obviamente. Mas o PMDB não é um partido como o PT, que se utiliza da corrupção para subverter as instituições democráticas [e] expandir seu projeto de poder”.<sup>47</sup> A reportagem da BBC foi ao ponto: “O peemedebista é visto como um aliado na implementação de um processo de impeachment e por isso deve ser poupado no dia 16”. Marcello Reis, líder dos Revoltados On Line, foi direto: “Todas as conversas que tivemos com Cunha sempre foram pela apresentação do impeachment”.<sup>48</sup>

As relações entre o MBL e o presidente da Câmara se estreitaram após o fracasso da Marcha sobre Brasília. Sem apoio das massas, os líderes do movimento se convenceram de que só o pragmatismo do peemedebista garantiria o sucesso da empreitada. Em julho, o parlamentar postou em sua página do Facebook foto da cerimônia em que aparecia recebendo o pedido de impeachment elaborado pelo MBL.<sup>49</sup> O sinal não poderia ser mais claro.

As manobras comandadas por Cunha não foram, contudo, suficientes para deter as investigações. Apenas em 20 de agosto, o procurador-geral Rodrigo Janot, depois de vencer a votação interna da categoria e antes de ser confirmado pelo Senado, entregou ao STF a denúncia contra o presidente da Câmara. A acusação, contudo, não arranhou a aliança montada para ameaçar o governo com a perda do mandato. Partidos de oposição, PSDB e DEM, e os movimentos so-

[45] “Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil” (<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/08/17/2//5999135>, consultado em 11/11/2015).

[46] “Líderes fazem planos para manter pressão” (<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/08/17/2//5999136>, consultado em 18/11/2015).

[47] “Movimento Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o final do ano’” ([http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832\\_\\_993126.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832__993126.html), consultado em 18/11/2015).

[48] [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150814\\_\\_protestos\\_\\_domingo\\_\\_ms\\_\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150814__protestos__domingo__ms__cc), consultado em 18/11/2015.

[49] “Reações de Cunha inflam o ‘fantasma’ sobre impeachment de Dilma” ([http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/19/politica/1437258217\\_\\_017644.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/19/politica/1437258217__017644.html), consultado em 15/11/2015).

ciais não alteraram suas prioridades. O impeachment de Dilma acima de tudo. Como diz a propaganda: há coisas que não têm preço...

O gambito armado por Cunha deu e não deu resultados. Não deu porque não deteve a denúncia de Janot. Deu porque a aliança com os partidos de oposição lhe valeu a presunção da inocência. Cunha comprou tempo. Rapidamente, as acusações contra ele foram esquecidas. Todas as atenções se concentraram na operação impeachment sob seu comando. A conivência com a operação foi muito além do PSDB e dos movimentos sociais anti-PT. A imprensa colaborou. Solange Almeida precisou se ausentar de Rio Bonito por um dia para ser deixada em paz. E assim foi com todos os inúmeros detalhes contidos na peça de Janot. Quem, por acaso, deixou de ler os jornais por uma semana ficou sem saber que Cunha era o principal réu da Operação Lava Jato.

A Cunha bastou repetir que falaria no momento adequado e por meio de seus advogados. Não foi pressionado ou confrontado com perguntas inconvenientes. Não que tenha se escondido ou evitado a imprensa. Pelo contrário, manteve sua loquacidade característica e continuou a ser indagado literalmente sobre tudo o mais, em especial sobre o andamento do processo de impeachment. Na realidade, Cunha pôde seguir confortavelmente o script que traçara em finais de julho, quando, segundo *El País*, dera início à análise do pedido de impeachment “feito pelo MBL, que ficaria pronto em meados de agosto”.<sup>50</sup> Se o leitor perdeu a ironia, friso o ponto: em meados de julho, Cunha iniciou a análise do pedido que seria protocolado apenas em agosto. O pedido chegou só em setembro, assinado por Hélio Bicudo, que, como a imprensa não se cansou de lembrar, fora um dos fundadores do PT. Veio subscrito pelo MBL e por ninguém menos que Miguel Reale Júnior, que, não é demais lembrar, a pedido do PSDB, considerara a medida improcedente. A não ser que tenha me escapado, Reale Júnior não precisou explicar o que o fez mudar de opinião.

O PSDB se pôs a serviço de Cunha. Livrar-se do PT antes das eleições de 2018 se tornou uma verdadeira obsessão. Mesmo os mais sensatos, mesmo os que não abraçaram a tese do impeachment passaram a pedir a renúncia de Dilma como um ato de grandeza, uma saída para a crise. Como se a crise não tivesse sido causada pela estratégia orquestrada e comandada por Cunha com apoio do próprio PSDB. Mesmo diante da completa desmoralização do presidente da Câmara, após suas defesas esfarrapadas, o PSDB insistiu em lhe assegurar o amplo direito de defesa. Abandonou o barco atabalhoadamente quando a água chegava ao pescoço. Jurou que vai se emendar e que passará a agir como uma oposição responsável e construtiva. A nova reviravolta veio tarde. As consequências da aventura não serão apagadas rapidamente. A crise política minou as bases para o sucesso de qualquer plano de ajuste da economia.

[50] “Reações de Cunha inflam o ‘fantasma’ sobre impeachment de Dilma” ([http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/19/politica/1437258217\\_017644.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/19/politica/1437258217_017644.html), consultado em 15/11/2015).

O governo está paralisado e permanecerá paralisado enquanto pesar sobre ele a ameaça do impeachment. Já virou lugar-comum dizer que a crise econômica tem raízes políticas. O “mercado” não tem por que confiar em um governo que pode ser derrubado a qualquer momento. A fatura não para de crescer.

Cunha continua a recorrer a seu método para sobreviver. Provavelmente, nunca considerou dar andamento ao processo de impeachment. Sabe que derrubar Dilma não lhe garante a sobrevivência. Seu problema não se resolve na alçada política, mas na criminal. Vai ter que acertar contas com a justiça, independentemente de quem for o presidente. Mas vai resistir enquanto puder. Pelo seu histórico, uma coisa é certa: não vai se entregar enquanto tiver munição.

A raiz da crise tem nome, RG e CPF. Tem também conta na Suíça e passaporte diplomático. A sua renúncia, não se lembraram de pedir. Por quê?

Jarbas Vasconcelos votou em Cunha. Alegou desconhecer a fundo o caráter do personagem. Tomou-o por um simples lobista, um preço que valia a pena pagar em nome de uma prioridade maior: derrotar o PT. Descobriu que fez o pacto com o diabo.<sup>51</sup> Teria feito melhor escolha se tivesse ouvido quem partilhou da sua intimidade. Clarissa Garotinho previu com exatidão o que ia ocorrer.

---

FERNANDO LIMONGI é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e coordenador da área de Política e Sociedade do Cebrap.

[51] Na realidade, Jarbas Vasconcelos reconhece ter votado em um psicopata. A íntegra da entrevista pode ser lida em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1698491-dilma-esta-desacreditada-e-vive-no-mundo-da-lua-diz-jarbas-vasconcelos.shtml>, consultado em 8/11/2015.

---

Recebido para publicação em 18 de novembro de 2015.

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

103, novembro 2015

pp. 99-112

---

A Fundação Carlos Chagas tem como premissa essencial a questão da cidadania. Em suas especialidades e linhas de pesquisa, atua com vistas ao desenvolvimento humano-social.

A produção em pesquisa na FCC, articulada entre os pólos de avaliação de políticas, gênero e raça, abrange aprofundados estudos sobre os vários níveis de ensino.

Nas três publicações da Fundação – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional e Textos FCC –, essa produção acadêmica divide espaço com o trabalho de pesquisadores de outras instituições e possibilita uma visão diversificada sobre as questões da área.



Fundação Carlos Chagas

REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO [WWW.FCC.ORG.BR](http://WWW.FCC.ORG.BR)